

Tese nº (a ser preenchido pela organização/sistematização)

Tipo: Tese-guia da FENAJ

Título: Condições de Trabalho e Segurança dos Jornalistas: Resistir e lutar para garantir direitos e impedir retrocessos

Proponente: Diretoria da FENAJ

Justificativa

1 Poucas profissões sofreram tantas transformações, nas duas últimas décadas, quanto a
2 dos jornalistas. No Brasil, as mudanças estruturais do capitalismo, a política de
3 expansão do ensino superior, as alterações na regulamentação profissional da
4 categoria e o aprofundamento da precarização, combinadas com um sistema de
5 comunicação altamente concentrado, produziram, após a redemocratização do país,
6 um ambiente de trabalho em que se alteraram por inteiro as possibilidades de atuação
7 dos jornalistas e de uma imprensa livre e a serviço da sociedade.

8 Atualmente, o jornalista profissional vivencia um momento de indefinição: “o
9 encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais – resultado
10 da 'crise' dos processos de convergência – e o aumento da carga horária dos
11 jornalistas vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas”
12 (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011). Neste contexto, aumentam os empregos informais
13 (freelancers) e as fraudes trabalhistas, como a contratação de profissionais como
14 pessoa jurídica (PJs), a múltipla função, a terceirização e mesmo quarteirização são
15 recursos utilizados pelas empresas para garantir a margem de lucro, inclusive, em
16 momentos de crise.

17 A substituição de jornalistas veteranos por mais jovens é outra prática recorrente, que
18 vem acompanhada de redução de salário. O recém-formado, por sua inexperiência,
19 se adapta facilmente às normas político-editoriais e a salários mais baixos. A prática
20 de realização de cursos de treinamento pelas próprias empresas ganha força agora
21 que o diploma de jornalista não é mais obrigatório para o exercício profissional.
22 (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011).

23 O setor de Assessoria de Imprensa vem apresentando, principalmente nos estados
24 onde o sindicato patronal está presente, questionamento sobre a natureza da
25 assessoria de imprensa como atividade jornalística. Esta posição pode trazer grande
26 impacto no mercado de trabalho do jornalista e, portanto, deve ser alvo de
27 preocupação constante da Fenaj.

28 Vivenciamos uma crise do capitalismo industrial e da sociedade de consumo, na qual
29 estão inseridas as empresas jornalísticas. Neste sentido, a crise é das empresas
30 responsáveis pelos veículos de imprensa tradicionais, cujo modelo de negócios está
31 baseado na produção industrial em larga escala (padronizada e massificada), tendo a
32 publicidade como fonte de renda. Esse modelo mostra sinais de esgotamento e leva
33 as empresas a aprofundar a precarização no trabalho.

34 Por outro lado, o jornalismo contemporâneo, enquanto prática cultural e humana
35 mostra-se cada vez mais necessário para desnudar a sociedade atual, revelar suas
36 contradições e perspectivas. A forma como nos comunicamos atualmente mudou
37 drasticamente com os meios e redes digitais. Essa é a questão: a difusão da
38 informação jornalística necessariamente não depende mais de uma estrutura
39 gigantesca como a das atuais empresas monopolistas; a notícia também chega
40 diretamente à opinião pública pelos novos canais de comunicação. Isto, sim, é
41 transformador, pois pressupõe uma mudança profunda na cultura do jornalismo.

42 As experiências jornalísticas que surgem a partir de coletivos de ativistas e de
43 jornalistas “empreendedores” são testemunhos desta mudança e experiências em
44 gestação. Mas a questão a ser definida é se estas iniciativas podem resultar em um
45 novo modelo de prestação de serviços jornalísticos que se torne sustentável,
46 duradouro e que garanta uma condição de vida digna ao jornalista. Outro desafio é
47 saber se o “jornalista empreendedor” poderá fazer frente às novas empresas de mídia
48 que surgiram nas últimas décadas e que também se movem com a mesma lógica
49 monopolista de dominação do mercado como agem, por exemplo, o Google e o
Facebook.

50 VIOLÊNCIA

51 Historicamente, os riscos da profissão estavam restritos às coberturas de guerra e de
52 conflitos sociais. No geral, apenas ocasionalmente o jornalista se colocava em uma
53 situação de risco. Nos últimos tempos, o perigo deixou as zonas conflituosas e
54 chegou à cobertura diária. Mas é preciso insistir que o Jornalismo não é uma
55 atividade perigosa por sua própria natureza. As condições de trabalho impostas à
56 categoria, associada a desvios do papel do Jornalismo – como a espetacularização da
57 violência, a escatologia e a aceitação pessoal (por parte de alguns profissionais) de
58 tarefas que não lhe cabem – têm tornado a profissão uma atividade de risco para
59 inúmeros trabalhadores.

60 A violência cotidiana das redações e a violência externa sofrida pelos jornalistas têm
61 causas concretas, derivadas da linha editorial e das coberturas tendenciosas

62 praticadas pelos veículos da grande mídia. Não obstante, constituem atentado contra
63 a liberdade de expressão e de imprensa, bem como contra o direito constitucional de
64 acesso à informação de qualidade.

65 É neste cenário em transformação – pouco favorável da perspectiva do trabalho e
66 amplamente vantajoso para o capital midiático – que os sindicatos de jornalistas de
67 todo o Brasil atuam, sob a representação maior da Federação Nacional dos
68 Jornalistas (FENAJ). Manter direitos conquistados ao longo das décadas de 1980 e
69 1990 é cada vez mais um desafio das entidades representativas da categoria. À
70 tentativa de desregulamentação da profissão, que culminou com a derrubada do
71 diploma pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009, somam-se irregularidades e
72 violações cotidianas, como extrapolação da jornada de trabalho legal (5 horas/dia),
73 não pagamento de horas-extras convencionadas, pejotização dos contratos de
74 trabalho e, mais recentemente, a escalada da violência contra os profissionais da
mídia.

75 Toda esta conjuntura, já bastante dramática, está agravada pela crise política pela
76 qual passa o Brasil. O processo de impeachment da presidenta Dilma, na verdade um
77 “golpe branco” em curso com o apoio do Legislativo e conivência do Judiciário,
78 torna a situação ainda mais incerta. As medidas anunciadas pelo presidente interino,
79 um dos mentores do golpe, aponta para reformas que suprimem direitos e
80 criminalizam o movimento sindical e social. Se resistir é preciso, lutar se faz
81 fundamental para impedir o avanço de um governo ilegítimo que prejudicará ainda
82 mais os profissionais jornalistas e a classe trabalhadora no país.

83 Por isso, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os sindicatos da categoria
84 no Brasil atuam diuturnamente no combate a todas as formas de precarização do
85 Jornalismo e do trabalho dos jornalistas, bem como na garantia do livre exercício
86 profissional, garantidor da democracia, liberdade de expressão e de imprensa.

Propostas:

1 - Exigir por parte do governo que a manutenção da desoneração da folha de pagamento das empresas de comunicação seja condicionada a uma contrapartida social no campo da manutenção do nível de emprego.

2 - Realização de uma ampla campanha de valorização da profissão, com material para mídias sociais, cartazes e reedição da cartilha de combate à precarização.

- 3 - Realização de seminário/encontro entre departamentos jurídicos da FENAJ e Sindicatos para troca de experiências e difusão de informações sobre ações de combate à precarização no campo jurídico.
- 4 – Implementar o GT criado pelo conselho de representantes para debater a questão da assessoria de imprensa e propor soluções que garantam o espaço do jornalismo no setor.
- 5 - Apresentar denúncia de práticas antissindiciais à Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), do Ministério Público do Trabalho (MPT).
- 6 - Apresentar queixas de práticas antissindiciais e formas de trabalho não aceitáveis ao Comitê de Liberdade Sindical da OIT.
- 7 - Realizar por meio das vice-regionais, encontros anuais com apoio dos sindicatos da região, para discussão, troca de experiências e estratégias de atuação no combate à precarização e promoção de acordos e convenções coletivas.
- 8 - Intensificar a campanha nacional, junto aos parlamentares e à sociedade, pela aprovação do Piso Nacional dos Jornalistas.
- 9 - Intensificar a luta pela aprovação da Lei Santiago Andrade (aposentadoria especial para repórteres fotográficos e cinematográficos).
- 10 - Intensificar a luta pela criação do Observatório Nacional da Violência contra Comunicadores no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, incorporada ao Ministério da Justiça e Cidadania, com garantia de participação social.
- 11 - Desenvolver um plano de ação para intensificar a luta pela federalização das investigações dos crimes cometidos contra jornalistas no exercício da profissão.
- 12 - Desenvolver campanha, junto à categoria, para divulgação da proposta de Protocolo Nacional de Segurança e Melhoria das Condições de Trabalho dos Jornalistas.
- 13 - Cobrar a adoção, por parte das polícias, de um Protocolo de Atuação em manifestações públicas, com a garantia da não violência e da proteção ao trabalhador jornalista.
- 14 - Intensificar a luta com outras entidades sindicais para barrar a aprovação do PL 4330/, o projeto de lei da terceirização no país;
- 15 – Cobrar das empresas jornalísticas adoção de um Protocolo de Segurança, contendo prioritariamente as seguintes cláusulas, relativas à segurança dos jornalistas:

- a) Criação, nos locais de trabalho, de Comissão de Segurança (compostas pelos jornalistas) para avaliação dos prováveis riscos de violência nas coberturas jornalísticas e definição de medidas mitigatórias destes riscos.
- b) Garantia, em Convenção Coletiva ou Acordo, de seguro de vida especial para o jornalista, quando em viagem e/ou em trabalho caracterizado pelas Comissões de Segurança das redações como sendo de risco.
- c) Fornecimento aos jornalistas de equipamentos de proteção individual de eficácia garantida por órgãos de certificação e também suporte operacional, de acordo com as orientações das Comissões de Segurança das redações.
- d) Promoção de cursos de treinamentos para os jornalistas, a partir de demandas das Comissões de Segurança das redações.